

MERCADO SÃO SEBASTIÃO: UM PROJETO DE DOM HELDER CAMARA NA DÉCADA DE 1960

Aluna: Caren Caroline Paulo Ferreira

Orientadores: Margarida de Souza Neves, Rafael Soares Gonçalves e Silvia Ilg Byngton

Introdução

Este trabalho de Pesquisa em Iniciação Científica foi realizado por Caren Caroline Paulo Ferreira, graduanda de Serviço Social da PUC-Rio. O Núcleo de Memória da PUC-Rio é vinculado à Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (VRAc) e é coordenado pela professora Margarida de Souza Neves e pela pesquisadora Silvia Ilg Byngton. Também conta com os pesquisadores Clóvis Gorgônio e Eduardo Gonçalves, o fotógrafo Antônio Albuquerque e, atualmente, com cinco bolsistas de Iniciação Científica.

Esse relatório lista as atividades realizadas por mim no período de julho de 2016 a julho de 2017, dividindo-se em duas etapas:

- Relatório Técnico: um resumo das atividades realizadas coletivamente e individualmente;
- Relatório Substantivo: o texto consolidando o trabalho individual de pesquisa.

1. Relatório Técnico

1.1 – Atividades em equipe

01. Reuniões técnicas semanais com a participação de toda equipe: coordenadores, pesquisadores e bolsistas; tendo como meta a elaboração de projetos, sistematização de tarefas, discussão de textos produzidos pela equipe, troca de experiências;
02. Publicação do acervo através do website do Núcleo de Memória da PUC-Rio;
03. A equipe do Núcleo de Memória escreve uma coluna para o Jornal da PUC, tendo como tema em 2016 os cinco funcionários da PUC-Rio que completavam cinquenta anos de serviços naquele ano, e em 2017 o tema foi o mundo do trabalho na Gávea. Um pesquisador junto com um bolsista ficou responsável por cada crônica;
04. Produção do livro: Igreja Sagrado Coração de Jesus: fé, arte, memória.
05. Seminários Teóricos:
 - 05.1. Seminário Teia de Penélope (16/01/2016) foi realizado em função de pensar na organização de trabalho do Núcleo de Memória, definindo as tarefas para cada membro da equipe e propondo prazos;
 - 05.2. Seminário teórico sobre os “lugares de memória”, noção proposta pelo historiador Pierre Nora (27/03/2017). Nele foi debatido como foi pensada essa noção e como ela poderia operar para o Brasil e para a PUC-Rio. Além disso, foi utilizado um capítulo de livro escrito pela profa. Margarida de Souza Neves sobre Pierre Nora.
 - 05.3. Seminário teórico sobre o texto “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” do historiador Carlo Ginzburg (22/05/2017). A proposta desse seminário era compreender como os indícios aparentemente imperceptíveis de um documento,

por exemplo, podem conter mais informações, as quais aproximam o pesquisador e seu objeto de estudo.

06. Análise e digitação de fotos do Acervo Comunicar cedidos ao Núcleo de Memória.
07. Atendimento a solicitações relativas à pesquisa no acervo, cessão e autorização de uso de documentos e perguntas sobre temas abordados. As consultas, internas e externas à Universidade, são respondidas diretamente pela equipe ou encaminhadas aos setores responsáveis.
08. Consulta a professores, pesquisadores, ex-alunos e funcionários administrativos para coleta e aferição de documentos e informações pesquisadas.
09. Identificação de fotografias coletadas e selecionadas para cadastro no acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio.
10. Catalogação e sistematização do material documental através de digitalização e cadastro em metadados no acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio.
11. Cadastro dos livros da biblioteca do Núcleo de Memória em um catálogo interno.

1.2 – Atividades individuais realizadas por Caren Caroline Paulo Ferreira

01. Participação em oficina sobre metadados e digitalização;
02. Análise, catalogação e digitalização do Acervo Maria Luiza e Edgar Amarante: coube a mim dar continuidade a análise, catalogação, digitalização do acervo cedido ao Núcleo de Memória que continha documentos sobre os projetos realizados por Dom Helder Camara, sendo esse o despertar para o desenvolvimento da minha pesquisa de iniciação científica;
03. Participação quinzenal nas reuniões de pesquisa sob a orientação do Professor Rafael Soares Gonçalves do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio;
04. Pesquisa no acervo digital da Biblioteca Nacional;
05. Pesquisa no acervo digital da Associação Comercial do Rio de Janeiro;
06. Produção da crônica abaixo intitulada “Um sorriso e boas lembranças” para o Jornal da PUC escrita por mim e pela bolsista Milena Pereira, em dezembro de 2016.

OPINIÃO

JORNAL DA PUC

CRÔNICAS DE MEMÓRIA
250 anos de PUC-Rio

Um sorriso e boas lembranças

ANTÔNIO ALBUQUERQUE/ACERVO NÚCLEO DE MEMÓRIA DA PUC-RIO



Chiquinho e o Reitor padre Josafá Carlos de Siqueira, S.J., na homenagem aos funcionários (2016)

Francisco Faustino Filho, mineiro de Barbacena, filho de Dona Guiomar, chegou à PUC-Rio aos 19 anos de idade. Dono de um sorriso cativante e de uma fala calma foi apelidado pelos amigos de trabalho como Chiquinho. Atribui a sua mãe a responsabilidade por sua admissão como funcionário.

Chiquinho relembra saudoso da mãe mineira que vendia doces nas imediações da PUC-Rio para sustentar a família. Ela sonhava com a possibilidade de o filho trabalhar na Uni-

versidade, o que era também uma estratégia para ele não prestar o serviço militar obrigatório e se distanciar dela. Dona Guiomar intercedeu junto aos padres, principalmente ao Padre Laércio Dias de Moura S.J., então Reitor da Universidade, por uma oportunidade de trabalho para o filho.

Para alegria de sua mãe, Chiquinho não foi convocado para servir ao Exército e ingressou na PUC-Rio para auxiliar em diversas tarefas. Na ocasião, a Universidade tinha um quadro muito reduzido

de funcionários. Os primeiros anos de trabalho foram repletos de novidade e encantamento para o recém-chegado menino do interior de Minas Gerais. Lembra-se do período de mudança de alguns setores para a nova Ala Kennedy e da Vila dos Diretórios como local de moradia de funcionários da Universidade.

Durante os 50 anos de PUC-Rio, Chiquinho passou por diversos setores e atualmente trabalha no CETUC, onde é referido como a alegria das festas. Orgulha-se muito da filha formada em psicologia na PUC-Rio e dos dois filhos que trabalham na Universidade, Jefferson e Leandro. É aposentado há mais de 10 anos e não pensa em deixar suas atribuições tão cedo. Não consegue se imaginar longe da Universidade que o acolheu, lugar que, segundo ele, lhe proporciona paz e boas lembranças. Chiquinho encerra com os olhos brilhantes e marejados de emoção: “Não sinto mais a PUC como um trabalho. Parece que saio de uma casa e entro em outra”.

MILENA PEREIRA E CAREN FERREIRA
NÚCLEO DE MEMÓRIA DA PUC-RIO

07. Em maio de 2017, eu e a pesquisadora Silvia Ilg Byington produzimos a crônica abaixo intitulada “Gávea Operária”, publicada no Jornal da PUC em maio de 2017.

JORNAL DA PUC

CRÔNICAS DE MEMÓRIA
Memórias do mundo do trabalho

Gávea Operária



Trabalhadores da Fábrica de Tecidos Carioca em frente à Vila Sauer. Revista da Semana, 4 de março de 1901

A *Gazeta de Notícias* registrou, em 1917, rumores de uma greve geral na capital da República: “Os operários do Rio serão arrastados à greve?”. A notícia ecoava a apreensão do público com o que era visto como uma onda destrutiva iniciada em São Paulo. O temor que o movimento chegasse ao Rio de Janeiro fundava-se também em eventos registrados desde janeiro daquele ano, a partir da paralisação de 1.600 operários das fábricas de tecidos Carioca, Corcovado e São Felix – localizadas na região fabril da Freguesia da Gávea – em solidariedade a colegas demitidos. Em julho, por duas semanas, uma greve geral uniu cerca de cem mil trabalhadores, em reivindicações por melhores salários, condições de trabalho e legalização sindical.

Embates e greves são ícones do mundo do trabalho. Representam, no entanto, apenas uma das dimensões do processo de formação das classes trabalhadoras, de seus laços de identidade e de solidariedade. Além da fábrica, são expressivas as relações familiares e comunitárias, dimensões de afetos e conflitos constitutivas dos sujeitos históricos.

Nos acervos, na memória e na paisagem da cidade, há registros de espaços de sociabilidade das classes trabalhadoras, de suas questões e desafios. Na busca por vestígios da Gávea operária em suas diferentes fases, esbarra-se, por exemplo, com ruínas da fábrica Moura Brasil, com o Carioca Futebol Clube e com raros nomes de rua, como a Mestre Joviniano, operário e maestro da banda de música dos trabalhadores que, como os grevistas de 1917, marcaram a história da região.

As casas e vilas operárias, algumas ressignificadas por novos usos, como a Vila dos Diretores, na PUC-Rio, ou a Vila Sauer, no Horto, são testemunhos eloquentes da história e da memória dos trabalhadores e, tomadas em conjunto com outros exemplos de moradia das classes populares cariocas, contribuem para a análise do problema histórico da habitação no Rio de Janeiro. Reconhecer a singularidade desses lugares é um primeiro passo para compreensão da cidade e seus desafios.

■ SILVIA ILG BYINGTON
CAREN FERREIRA
NÚCLEO DE MEMÓRIA DA PUC-RIO

08. Pesquisa nas edições impressas do Jornal da PUC:
A pesquisa se deu em virtude de uma grande quantidade de fotos antigas terem sido doadas ao Núcleo de Memória da PUC-Rio para sua digitalização e incorporação ao banco de dados;
09. Consultas aos pesquisadores Lucy Pina Neta e Walter Praxedes sobre a vida e obra de Dom Helder;
10. Participação nos seminários do Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais – LEUS, do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio:
10.1 Identificação de recursos para compreensão das desigualdades socioespaciais com Aurélia Michel;
10.2 Do universo da cidade a informalidade política com Nicolas Bautes;
10.3 O papel do Serviço Social em contextos de desastre com Dora Vargas e Antenor Mata.

A seguir, o Relatório Substantivo produzido a partir da minha pesquisa.

2. Relatório Substantivo

MERCADO SÃO SEBASTIÃO: UM PROJETO DE DOM HELDER CAMARA NA DÉCADA DE 1960

Aluna: Caren Caroline Paulo Ferreira

Orientadores: Margarida de Souza Neves, Rafael Soares Gonçalves e Silvia Ilg Byington

Introdução

Criada em 1955, a Cruzada São Sebastião destacou-se como uma iniciativa que enfrentou o problema das favelas cariocas com uma visão diferente do que era comum até então. Se nas décadas anteriores as abordagens a essa questão tinham como objetivo expulsar os favelados e realoca-los na periferia da cidade, o projeto da Cruzada tratou o problema das favelas com cuidado e atenção ao indivíduo. Passou-se a pensar no sentido de melhores e mais dignas condições de vida. Objetivava-se incluir as populações faveladas à cidade e propiciar serviços urbanos básicos, possibilitando condições de habitação e manutenção das relações e redes sociais já estabelecidas. Para isso, a iniciativa buscava propiciar melhores condições de moradia e infraestrutura, Tendo como horizonte o que o lema do Projeto resumia em três palavras: “urbanizar, humanizar e cristianizar”

Uma das frentes deste processo foi a idealização e construção do Mercado São Sebastião, um centro de abastecimento alimentício criado para substituir e ampliar a atuação do antigo Mercado Municipal, localizado no Centro da cidade, que seria desativado. Ao pensar em como a história da Cruzada e do Mercado São Sebastião podem se entrelaçar à PUC-Rio, chegamos a um denominador comum: Dom Helder Camara.

Dom Helder, que uniu a Igreja Católica, o Estado e instituições privadas para a realização do projeto de grande amplitude que foi a Cruzada São Sebastião, foi um dos professores fundadores da PUC-Rio e fez parte de seu corpo docente até os anos 1960. Sua inscrição no livro de professores e funcionários data de 1942 e vai até 1964, último ano que seu nome consta nos registros da PUC-Rio como parte do corpo de funcionários, mesmo ano que foi transferido para Recife. Sua atuação na Cruzada São Sebastião, simultânea à sua docência na PUC-Rio representou e representa o significado de uma das marcas de identidade da PUC-Rio, que procurou e procura aliar a busca da excelência acadêmica com o compromisso social. Nos parâmetros e possibilidades daquela época, Helder Câmara foi um professor universitário que representou a atuação da Universidade e da igreja comprometidas com a sociedade, capaz de pensar e de atuar sobre a cidade e sobre as questões sociais de seu momento histórico. Dom Helder, entre março de 1952 e março de 1964, foi Arcebispo Coadjutor do Rio de Janeiro.

Uma Cruzada para cristianizar, humanizar e urbanizar

Quando se pensa em Cruzada São Sebastião, vem à cabeça o conjunto de prédios destinado à população baixa renda, oriunda da favela da Praia do Pinto, localizada à beira da Lagoa Rodrigo de Freitas, situado no coração da Zona Sul carioca, encravado no bairro do Leblon. Porém, para seu fundador, a Cruzada estava longe de ser somente um condomínio habitacional. A Cruzada São Sebastião foi uma iniciativa da Igreja Católica que visava à humanização das relações na sociedade na medida em que pretendia envolver ricos e pobres na implementação de um projeto muito abrangente e favorecer a integração de todos assim como à melhoria da condição econômica e social dos menos favorecidos através de uma série

de iniciativas que iam da construção de moradias dignas à implantação de medidas de urbanização, formação profissional e educação. O projeto foi encabeçado por Dom Helder Camara.

Consta no artigo 1º do Estatuto da Cruzada São Sebastião que a mesma é uma associação civil, sem fins lucrativos, sediada na cidade do Rio de Janeiro e constituída para realização de inúmeros objetivos, entre eles:

- a) - promover, coordenar e executar medidas e providências destinadas a dar solução racional, humana e cristã ao problema das favelas do Rio de Janeiro;
- b) – proporcionar, por todos os meios ao seu alcance, assistência material e espiritual às famílias que residem nas favelas cariocas;
- c) - mobilizar os recursos financeiros necessários para assegurar, em condições satisfatórias de higiene, conforto e segurança, moradia estável para as famílias faveladas;
- d) - colaborar na integração dos ex-favelados na vida normal do bairro e da cidade;
- e) - colaborar com o Poder Público com as entidades privadas em tudo aquilo que interessar à realização dos objetivos acima enunciados;
- f) - colaborar em providências para o retorno ao campo e migrantes de áreas sub-desenvolvidas, atraídos pelas luzes da cidade e aqui transformados em favelados;
- g) – exercitar quaisquer outras atividades conexas e correlatas. [1]

O primeiro objetivo proposto situa com clareza o horizonte da Cruzada: solucionar “o problema das favelas do Rio de Janeiro”, o que implica, por um lado o reconhecimento de que elas constituem “um problema” e, por outro, a convicção de que esse “problema” tem uma “solução” que, na perspectiva dos estatutos da Cruzada deve ser triplamente qualificada por ser “racional, humana e cristã”.

O segundo objetivo, bem no espírito da igreja da época e das iniciativas de outras instâncias da sociedade face à população favelada, propõe uma via assistencialista na relação com “as famílias que residem nas favelas cariocas”. Duas observações parecem interessantes na formulação desse objetivo. A primeira é o fato de que os autores dos Estatutos aparentemente consideram, como boa parte do pensamento conservador que vê na família a célula *mater* da sociedade “as famílias” como o sujeito social alvo da ação da Cruzada, e não os indivíduos, ou os cidadãos. A segunda é o fato de explicitar, em primeiro lugar, a necessidade de “assistência material” para os favelados, quase como uma pré-condição para a “assistência espiritual”, citada em segundo lugar. “Assistência” a parte, não deixa de ser uma observação realista, sobretudo se lida à luz do terceiro objetivo, que afirma a necessidade de “mobilizar recursos financeiros necessários para assegurar condições satisfatórias de higiene, conforto, segurança e moradia estável” para os favelados, quatro dimensões que sublinham, por um lado, o realismo da proposta, e por outro, a consciência da complexidade da tarefa.

O quarto objetivo traz uma ambiguidade: afirma a necessidade de “integração” dos que já antevê como “ex-favelados” ao bairro e à cidade. Mas menciona “a vida normal” da qual parece ver excluídos os ainda favelados, talvez sublinhando a relação entre o viver em favelas e a anomia.

O quinto objetivo sublinha a necessidade de mobilização do “Poder Público” – grafado com maiúsculas - e das “entidades privadas” para a realização do que propõe, enquanto o sexto objetivo relaciona diretamente a favelização da cidade à migração interna e propõe colaborar com tudo aquilo que contribua para o “retorno ao campo” de “migrantes de áreas subdesenvolvidas”.

Por fim, o sétimo objetivo, mais retórico que os seis anteriores, apenas explicita a abrangência do problema e a necessidade de atuar em todas as frentes direta ou indiretamente a ele relacionadas.

Como síntese, o enunciado dos objetivos parece situar-se no entre tempo em que a atuação da igreja e de seus agentes ainda não se libertara do caráter assistencialista de sua ação social mas já estava convencida das exigências de um compromisso com os mais pobres,

da necessária vinculação entre a cristianização e a humanização, e da força mobilizadora da igreja.

Dom Helder Camara, a despeito do fato de no início de sua vida como padre ter feito parte do Movimento Integralista - movimento de inspiração fascista fundado por Plínio Salgado, em 1932, que se tornou o primeiro partido nacional de massa no Brasil e obteve apoio de parcela da intelectualidade -, foi capaz de mudanças. Na década de 1950, em contato com a situação das camadas pobres da população da então capital da República, tornou-se gradativamente um líder progressista da Igreja Católica e conduziu projetos relevantes para melhoria das condições de vida e de integração social dos pobres e favelados da cidade. Pregando a renovação da Igreja e defendendo os direitos humanos, Dom Helder fortaleceu a valorização do compromisso social e realizou um conjunto de ações voltadas para os pobres. Além dele, a Cruzada contava com a participação voluntária e uma rede de apoio de inúmeros profissionais como engenheiros, médicos, sanitaristas, assistentes sociais, além de parcerias institucionais.

Segundo Soraya Simões [2], a Cruzada era contrária à política preponderante de erradicação de favelas, que no século XX dispersou o povo favelado da cidade do Rio de Janeiro pelas periferias, sem acesso ao transporte público ou outros recursos de infraestrutura. Os responsáveis pela execução do projeto da Cruzada desejavam que a classe trabalhadora tivesse condições dignas de habitação e que sua residência fosse próxima ao seu trabalho. Buscavam ações abrangentes, promovendo melhorias sociais e materiais nas comunidades. Fizeram parte desse projeto, entre outras iniciativas da Cruzada e de seus apoiadores, a criação do Banco da Providência, do Mercado São Sebastião, e a de maior visibilidade entre a população, o condomínio São Sebastião, conjunto habitacional de 910 apartamentos, erguido entre 1955 e 1957 no Leblon, que recebeu, como primeiros condôminos, moradores vindos da Favela da Praia do Pinto, situada à beira da Lagoa Rodrigo de Freitas.

Havia então uma parceria entre a Igreja e o Estado, cujo articulador era Dom Helder, hábil no diálogo com representantes de diferentes esferas e órgãos políticos e administrativos do Estado, com as instituições e com empresários, intelectuais e demais colaboradores. Esta capacidade de articulação era a marca de sua atuação que, no XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro em 1955, ganhou a escala e a força que o credenciaram para as iniciativas que viriam contribuir para a integração social no processo de metropolização do Rio de Janeiro nos anos seguintes. Sua posição progressista em relação às populações pobres o sujeitava a atritos e divergências, sobretudo de ordem ideológica com grupos e setores da sociedade, o que incluía alguns colaboradores de seus projetos.

Criada em 1955, a Cruzada tinha como finalidade colaborar para a solução do problema das favelas cariocas usando como apoio o poder público e iniciativas privadas, e visava uma ação que fortalecesse seu tripé e lema institucional: urbanizar, humanizar e cristianizar. O sentido deste lema dialoga com o primeiro item do Estatuto da Cruzada [3], onde consta que a instituição tem como objetivo promover, coordenar e executar medidas e providências destinadas a dar solução racional, humana e cristã ao problema das favelas do Rio de Janeiro.

Seguindo a racionalidade que informa este lema, a cristianização do indivíduo tem como requisito o reconhecimento, pelo sujeito e pelos que o cercam, de sua condição de humanidade, da qual decorrem seus direitos e seus deveres. Na perspectiva dos idealizadores da Cruzada, para ocorrer a humanização da população favelada é necessária a intervenção na cidade: a urbanização, ou seja, a promoção de melhorias na habitação popular, as condições de habitabilidade favorecendo a saúde e o acesso ao transporte público. Apesar das realizações, uma visão crítica não pode deixar de reconhecer que na atuação da Cruzada São Sebastião é possível identificar um viés controlador e moralista. Como registro desse viés, o “decálogo”, uma espécie de código de honra composto por normas morais estabelecidas pelos coordenadores da Cruzada e aplicado aos moradores do conjunto habitacional era distribuído

e cobrado pelas assistentes sociais aos moradores, e pretendia reger a conduta dos homens - e também das mulheres - moradores do Bairro São Sebastião do Leblon:

- 1) Palavra de homem é uma só;
- 2) Ajude seu vizinho;
- 3) Bater em mulher é covardia;
- 4) Sem exemplo não se educa;
- 5) Homem que é homem não bebe até perder a cabeça;
- 6) Jogo, só futebol;
- 7) Difícil não é mandar nos outros: é mandar na gente;
- 8) Comunismo não resolve;
- 9) Quero meu direito, mas cumpro minha obrigação;
- 10) Sem Deus não somos nada. [4]

O decálogo, breve e escrito em linguagem popular, podia ser entendido por todos a quem era dirigido: a população pobre e marginalizada a quem se voltava a ação da Cruzada. Nele, algumas observações recorrem à valores tais como a solidariedade (“ajude seu vizinho”), a honradez (“palavra de homem é uma só”), a uma noção de cidadania que implicasse a reivindicação de direitos e o cumprimento de deveres, o autocontrole (“difícil não é mandar nos outros: é mandar na gente”) referido explicitamente a práticas reconhecidas como nocivas ao sujeito e à comunidade, tais como a violência contra a mulher, o vício do jogo e à bebida. É curioso assinalar que o decálogo parece autorizar a bebida até um determinado limite e valoriza o futebol. Além disso, sublinha a função educativa do exemplo. Os itens 8 e 9, formulados na negativa, mostram de soslaio as coordenadas ideológicas do decálogo: a condenação do comunismo e a cristianização.

Sendo assim, a urbanização, como primeiro eixo, incluía a mudança dos moradores das favelas para apartamentos em áreas adjacentes com melhores condições de vida. Quando a construção de apartamentos para além dos que efetivamente foram construídos no Leblon mostrou-se inviável, a Cruzada se fez presente em projetos como construções de escadas nos morros, instalação de luz e esgoto, aterros em áreas alagadiças, entre outras iniciativas que visavam melhorias.

O trabalho de humanizar, segundo o Estatuto da Cruzada, vem no sentido de transmitir educação ao homem, tornando-o consciente de sua dignidade humana, assim como de suas responsabilidades. A Cruzada oferecia serviços jurídicos, médicos, dentários e de farmácia. Promovia ações recreativas entre jovens. Ensinava as mães a manter o espírito da família e a resolver os problemas familiares através de cursos e oficinas. Também estavam incluídas oficinas de treinamento industrial e de confecções de roupas, para promover a elevação econômica dos moradores através da capacitação profissional.

Por fim, a cristianização, pela interpretação feita através dos estudos para esse trabalho, vem para pregar os princípios cristãos, edificando o homem em seu aperfeiçoamento moral e espiritual. Entre os serviços comunitários e pastorais eram realizados casamentos, batizados, catequese e primeira comunhão. Apesar da lógica assistencialista, era um cristianismo comprometido socialmente.

O título de “cruzada” dado ao projeto carrega em si um peso histórico significativo e que merece ser sublinhado. O termo refere-se às peregrinações cristãs que na Idade Média buscavam a reconquista da Terra Santa, então sob o domínio turco. Segundo o imaginário da época, entre os cristãos, a Terra Santa seria reconquistada, ocupada e mantida sob o domínio cristão. A partir desta ideia, podemos entender que a Cruzada São Sebastião propõe a retomada de outro território sagrado, a cristianização dos que ali viviam, a retomada de uma terra ignorada pela cidade e a conversão do povo por ela excluído.

O amplo projeto da Cruzada esteve vivo até meados da década 1960 quando Dom Helder foi obrigado, por pressões políticas de setores reacionários da Igreja e da sociedade, a deixar o Rio de Janeiro e assumir o cargo de arcebispo de Olinda e Recife. Esse fato se deu

em virtude da grande influência exercida por Dom Helder no Brasil e em outros países em apoio aos direitos humanos e em favor da atuação da Igreja em seu compromisso com a liberdade e com as causas sociais, como estabelecido pelo Concílio Vaticano II.

Mercado São Sebastião

A atenção ao problema de distribuição de alimentos na cidade do Rio de Janeiro se acentuou durante o Estado Novo, quando o déficit alimentar da população chamou a atenção das autoridades nacionais e foi relacionado aos problemas de abastecimento de gêneros. A partir de então foram incorporadas medidas no sentido de solucionar este problema, em parte resultado da falta de coordenação de órgãos estatais. Considerava-se que as deficiências alimentares eram oriundas de fatores sociais e geográficos, e não somente econômicos, como se imaginava [5]. Considerou-se a necessidade da reformulação dos espaços de distribuição e fornecimento de alimentos no Rio de Janeiro. Esta questão entrou no rol de iniciativas da Cruzada São Sebastião, e acabou se tornando mais um dos projetos de Dom Helder, materializado na criação do Mercado São Sebastião.

O Mercado São Sebastião está localizado no bairro da Penha, Zona Norte do município do Rio de Janeiro, em área delimitada pela Avenida Brasil e a Baía de Guanabara. A área, antes um mangue, era pertencente à Marinha do Brasil e ao Distrito Federal. Dom Helder convenceu os representantes do ministério a doarem o terreno à Cruzada São Sebastião, com a proposta de transferir os atacadistas que operavam no antigo Mercado Municipal. Localizado na Praça XV, por dificuldades de intenso fluxo de trânsito pelo centro da cidade, o antigo mercado já não mais comportava o número de associados e a grande quantidade de mercadorias que entravam e saíam diariamente dos galpões. Outro fato que acelerou sua desativação, foi estar localizado em um dos eixos arteriais do novo sistema viário do Plano de Obras do Centro do Rio. A localização do mercado proposto por Dom Helder, próximo à Avenida Brasil, principal via a conectar a região metropolitana da cidade, atendia às expectativas de investimento e de desenvolvimento econômico da área, definida como Zona Industrial pelo Código de Obras de 1937.

Grande parte dos alimentos oferecidos pelo mercado seria transportada por rodovias. Por isso também se deu a construção do Mercado na Avenida Brasil, lugar de fácil acesso e grande circulação de caminhões, que era o principal veículo de transporte das mercadorias.

Em maio de 1957, Dom Helder, com apoio do presidente Juscelino Kubitschek, pediu a Francisco Negrão de Lima, prefeito do então Distrito Federal, recursos para o aterro do mangue cedido à Cruzada. Deu como justificativa que a criação do Mercado nesse novo polo industrial, além de propiciar recursos para a Cruzada, traria recursos financeiros para a Prefeitura do Distrito Federal.

No documento em que solicita à Negrão de Lima o aterro do terreno cedido à Cruzada, Dom Helder explicita os motivos da solicitação, sendo um deles a “criação (sic) de uma zona industrial e portuária, que promoverá, evidentemente, um poderoso fator de enriquecimento para o Distrito Federal, e determinará uma ponderável parcela de acréscimo aos recursos financeiros da Prefeitura do Distrito Federal.”

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1957

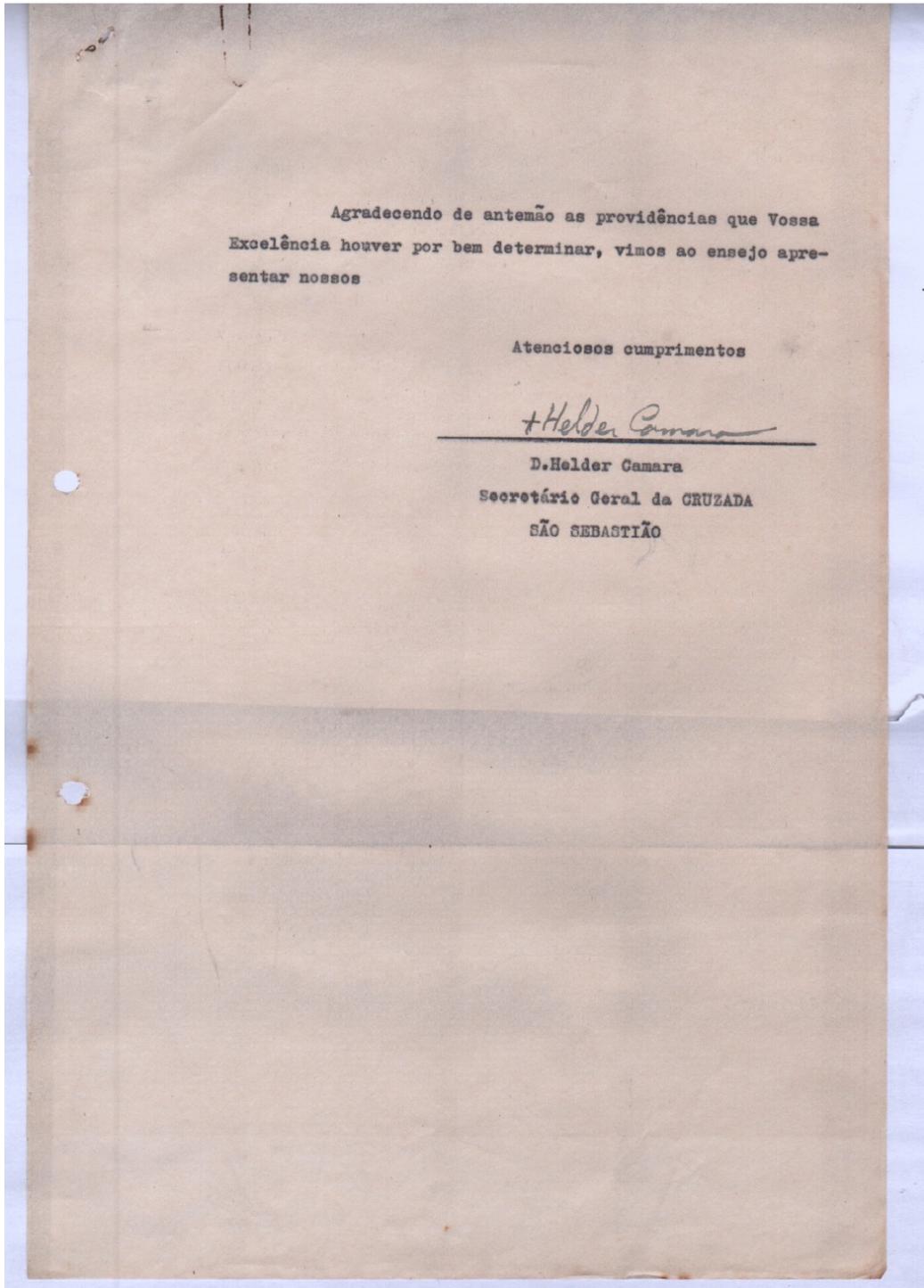
Exm^o Sr. Embaixador Francisco Negrão de Lima
D.D. Prefeito do Distrito Federal

A CRUZADA SÃO SEBASTIÃO vem, conforme autorização das autoridades competentes, realizando os trabalhos de aterro das grandes áreas em mangues e alagadiços, situadas ao longo da Avenida Brasil, no trecho entre a Rua Lobo Junior e o Trevo das Missões.

A esses trabalhos de inestimável valor para o saneamento local, se aditam os de construção de um canal de drenagem que se estende paralelamente à Avenida Brasil, do lado do mar e no limite das áreas aterradas, desde a Praia de Ramos ao longo dos aterrados feitos pela Marinha de Guerra Brasileira e, agora, ao longo dos aterrados em execução pela Cruzada São Sebastião, até o Rio Irajá, cujo trecho final também deverá ser canalizado.

As áreas aterradas pela Cruzada São Sebastião, conforme Exposição de Motivos nº 833, de 1956, apresentada por Vossa Excelência ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, se destinarão à criação de uma zona industrial e portuária, que promoverá, evidentemente, um poderoso fator de enriquecimento para o Distrito Federal, e determinará uma ponderável parcela de acréscimo aos recursos financeiros da Prefeitura do Distrito Federal, em decorrência dos impostos e taxas municipais a serem pagas pelos estabelecimentos industriais, comerciais e portuários que se localizarem nessa nova zona industrial.

Carta de Dom Helder Camara enviada a Francisco Negrão de Lima para solicitar aterro de terreno cedido a Cruzada. 1957. Acervo Maria Luiza e Edgar Amarante, Núcleo de Memória da PUC-Rio



Segunda página da carta de Dom Helder Camara enviada a Francisco Negrão de Lima para solicitar aterro de terreno cedido a Cruzada. 1957. Acervo Maria Luiza e Edgar Amarante, Núcleo de Memória da PUC-Rio.

O Rio de Janeiro, além de consumidor, era ainda um grande polo redistribuidor, abastecendo não somente as cidades adjacentes, mas também áreas mais afastadas de todo o país. O sistema de distribuição de alimentos era extremamente complexo pelas atividades, interconexões e agentes envolvidos. Diante disto, podemos dizer que houve uma ampliação no volume e na variedade de gêneros comercializados o que configurou uma nova etapa na história do abastecimento na cidade, desde então dimensionado para um contexto metropolitano. No entanto, este fato não significou uma solução para os muitos problemas que configuravam o tema do custo de vida da população em geral.

Diante da perspectiva acima citada, é possível notar que houve uma tentativa de modificação do cenário de abastecimento da cidade, porém não efetiva. O que podemos afirmar é que o descolamento do centro de abastecimento da cidade alterou a distribuição e o processo de dinamização econômica, na medida em que o mercado ajudou a promover a construção de novas centralidades para atender a região e aos migrantes recém-chegados, tanto do interior do estado quanto do Nordeste brasileiro na década de 1960, dando sentido à ideia de metropolização da cidade

Como apresentado por Margarida de Souza Neves [6], o conceito de capitalidade atribuído à cidade do Rio de Janeiro, serve, não no sentido de um recorte político definindo a cidade como um centro de poder mas, no papel expressivo e representativo da ordem social, representação esta construída e associada ao progresso da cidade. A cidade era uma cidade – capital em múltiplos aspectos, além daquele de ser capital político-administrativa do país. Era capital financeira até então, capital ainda do ponto de vista do comércio internacional, já que seu porto disputava com o de Santos o fluxo do comércio importador e exportador. E ainda que São Paulo superasse o Rio em indústrias de base, a cidade continuava a ter um número significativo de estabelecimentos industriais. Capital cultural do país, o Rio concentrava as principais instituições culturais e científicas do país. No entanto, não é apenas pela capital importância que a cidade assume em todos os aspectos da vida do país que o Rio é uma cidade-capital. É também e talvez principalmente pela função de representação do todo que assume para o país e para o exterior que a cidade exerce sua capitalidade. De alguma forma, a cidade se vê e é vista como metonímia do Brasil como um todo, como síntese de seu passado e antecipação de seu futuro. Por isso é de capital importância o que nela se faça o se deixe de fazer. O fato do Rio de Janeiro ser capital federal à época da construção do Mercado e a forte identidade política carioca, tal como explicado por Marly Motta [7], reforçam o conceito de capitalidade e mostram a função representativa da unidade e síntese da nação, exercida pela cidade.

Segundo Heloísa Lobo [8], o Mercado São Sebastião é uma área importante no cenário econômico regional e nacional por concentrar armazéns e distribuidoras de produtos alimentícios e a Bolsa de Gêneros Alimentícios (BGA), sua principal edificação, configura, deste modo, o principal centro abastecedor da cidade e um dos maiores da América Latina. Nesse sentido, reveste-se de uma função de capital importância e que vai além do que significa para a cidade do Rio de Janeiro. Além disso, à medida que o mercado se expandisse, a Cruzada teria lucro para o financiamento de seus projetos. O objetivo seria, segundo os autores Antônio Silva e Silvio Rabaça, autores que situam a atuação de D. Helder não apenas como expressão de sua consciência social, mas também da consciência política no que diz respeito às limitações do estado brasileiro:

[...] instalar no Centro de Abastecimento setores comerciais de hortigranjeiros e cereais, um setor industrial e um residencial. As atividades com gêneros alimentícios teriam a função de atrair compradores para os terrenos adjacentes. Por conta de dificuldades financeiras, contudo, o setor residencial acabaria não indo adiante no projeto. [09]

A capacidade de articulação de Dom Helder, que o fazia transitar por diversos grupos sociais, dava-lhe credibilidade para desenvolver projetos de interesse do poder público. A construção do Mercado, em sua visão, vinha suprir três setores da vida urbana: o comércio e a indústria, na perspectiva de fornecer gêneros alimentícios, de movimentar o setor de serviços e potencializar a economia local; e também o problema habitacional que cercava o Rio de Janeiro. Não fica claro na documentação pesquisada que benefícios o setor habitacional receberia objetivamente, mas após estudar a produção de Heloísa Lobo [10] identificou-se a existência de projetos de construção de conjuntos habitacionais dentro do espaço cedido à Cruzada para a construção do Mercado, conforme pode ser evidenciado no documento abaixo.

"SÓ COM AUDÁCIA E FÉ EM DEUS SE CONSTRÓI UMA OBRA COMO O CENTRO DE ABASTECIMENTO SÃO SEBASTIÃO"

Visita honrosa do Presidente Juscelino Kubitschek — Lançamento da pedra fundamental — Personalidades Presentes — Detalhes do cometimento — Impressões das autoridades — Outros informes



As obras de construção do Centro de Abastecimento São Sebastião continuam em ritmo acelerado. No dia 24 de outubro último, o Presidente da República, acompanhado de D. Helder Câmara, do Prefeito Sá Freire Alvim e de outras autoridades, esteve em visita às obras no atêrro da Avenida Brasil.

O Centro de Abastecimento, em construção pela Cruzada São Sebastião em terrenos conquistados ao mar, substituirá, até fins de 1960, grande número de lojas do Mercado Municipal e da Rua do Acre. Ocupando uma área de 500 mil metros quadrados, a futura cidade do abastecimento do Rio ficará dividida em quatro setores: residencial, cerealista, horti-granjeiro e indústrias alimentícias.

Aspecto panorâmico
da grande obra que é o
Centro de Abastecimento
São Sebastião.

13 de novembro — 1958

3

Reportagem da Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro de 13/11/1958 onde fica evidenciado o teor dos setores que farão parte do Centro de Abastecimento.

O setor residencial nunca foi efetivamente concluído, a não ser pelas diversas ocupações que ocorreram a partir da década de 1990 em galpões abandonados do Mercado São Sebastião.

O Mercado no século XXI

Em junho de 2012 o jornal O Globo [11] publicou uma reportagem com o título “Mercado São Sebastião: uma trajetória de glamour e decadência”, em que mostra o Mercado tomado pela favelização e pela violência, iniciados na década de 1990, além da construção de barracos nas ruas e a ocupação dos depósitos pelo tráfico de drogas. Ainda assim, segundo a matéria, 80% dos alimentos do Rio de Janeiro eram negociados no Mercado, correspondendo a uma movimentação anual de R\$ 200 bilhões.

O que ficou de fora da reportagem foi um fato ocorrido pouco antes, o reassentamento de 318 famílias que viviam na área para apartamentos do programa federal de incentivo a habitação Minha Casa Minha Vida, nos bairros de Santa Cruz e Campo Grande. Esse processo se deu sob forte influência dos empresários e do poder público num contexto de disputas e tensões, mostrando a pluralidade de agentes e relações – comércio, poderes locais, órgãos implementadores de programas federais de política urbana e habitacional – existentes dentro do Mercado São Sebastião, e como as suas consequências são vivenciadas por aqueles que fazem parte deste processo.

Embora o Mercado tivesse um grande potencial como polo de abastecimento, o abandono que o mesmo vem sofrendo por parte das autoridades tem causado evasões dos empresários e sócios, despencando os valores de arrecadação e gerando desemprego. Na década de 1990 o Mercado era considerado o terceiro maior arrecadador de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – do estado do Rio.

A marginalização do Mercado começou entre 1994 e 1996 quando foram registrados 42 crimes de sequestro dentro do estabelecimento, começando o processo de desqualificação e abandono do local [12]. O transporte público interno foi interrompido, o asfalto se desfez e não foi repostado, não havia mais tratamento de saneamento básico e nem segurança pública. Instalaram-se no mercado cerca de 600 barracos irregulares como forma de ocupação e moradia.

O complexo teria ficado sem investimento público por cerca de 10 anos e por causa da disputa judicial entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Sociedade de Desenvolvimento de Mercados (SODEME) pela posse do local. Enquanto ainda tramitava o processo judicial o Governo Municipal responsabilizava a Igreja pelas condições precárias nas quais se encontrava o Mercado. Em 2009 a Prefeitura venceu a disputa e iniciou o processo de revitalização, o que até os dias atuais não se concretizou.

Conclusões

Conforme consta no item E do Estatuto da Cruzada São Sebastião, um de seus propósitos era colaborar com o Poder Público e com as entidades privadas em tudo aquilo que interessar à realização dos objetivos do projeto.

Apesar de o Mercado ter sido idealizado e construído com a perspectiva e preocupação em encarar o problema do abastecimento na cidade do Rio de Janeiro, o que ficou de resultado no século XXI foi fracasso e abandono, o que se contrapõe ao proposto inicialmente pelo Estatuto.

Em toda sua grandeza e importância para a cidade do Rio de Janeiro, o Mercado São Sebastião foi uma iniciativa da Cruzada São Sebastião e de Dom Helder que fortaleceu o abastecimento da cidade, gerou empregos, movimentou a economia nos seus anos iniciais, e, mais uma vez, fortaleceu a figura de Dom Helder Camara e seu legado, na perspectiva de que possamos visualizar o Mercado São Sebastião como uma obra de empreendimento da Cruzada São Sebastião, que não pode ser reduzida à prédios na zona sul carioca.

Referências Bibliográficas

- [1] **Estatuto da Cruzada São Sebastião**, 1959. Acervo Maria Luiza e Edgar Amarante, Núcleo de Memória da PUC-Rio.
- [2] SIMÕES, Soraya Silveira. **Cruzada São Sebastião do Leblon**: Uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro. Niterói: UFF, 2008.
- [3] **Estatuto da Cruzada São Sebastião**, 1959. *Op cit.*
- [4] SIMÕES, Soraya Silveira. *Op cit.*
- [5] GAWRYSZEWSKI, Alberto. **Panela Vazia**: o cotidiano carioca e o fornecimento de gêneros alimentícios 1945/1950. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2002.
- [6] NEVES, Margarida de Souza. **Brasil, acertai vossos ponteiros**. Rio de Janeiro: MAST, 1991.
- [7] MOTTA, Marly Silva da. **O Rio de Janeiro continua sendo?**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.
- [8] LOBO, Heloísa Carmello Rocha. **Processo de remoção**: sociabilidades, disputas e conflitos em uma região comercial na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPCIS-UERJ, 2014.
- [9] SILVA, Antônio; RABAÇA, Silvio. **Bolsa de gêneros alimentícios, 195/2011**: da esquina do pecado ao palco da bolsa. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2011.
- [10] LOBO, Heloísa Carmello Rocha. *Op cit.*
- [11] O GLOBO. **Mercado São Sebastião**: uma trajetória de glamour e decadência. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/mercado-sao-sebastiao-uma-trajetoria-de-glamour-decadencia-5259918>. Acesso em: 29 junho 2017.
- [12] MONTEIRO, Milla. **Desordem urbana mata Mercado São Sebastião**. Rio de Janeiro: Revista Associação Comercial do Rio de Janeiro, 2005.